

CPI deve questionar mulher de Cachoeira sobre ameaça a juiz

Acusada de tentar chantagear um juiz federal, Andressa Mendonça depõe a parlamentares na quarta-feira da semana que vem, dia 7

NO DEPOIMENTO À CPI marcado para a quarta-feira da semana que vem, dia 7, a mulher do contraventor Carlinhos Cachoeira, Andressa Mendonça, deverá ser questionada pelos congressistas sobre a recente denúncia de que teria tentado chantagear um juiz federal para obter decisão judicial favorável a seu marido.

— Acho que temos elementos para acreditar que a senhora Andressa está na condução

dos negócios de Cachoeira. As informações que temos junto com essa notícia de hoje [ontem] reforçam isso — disse o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

Ontem Andressa foi conduzida por agentes da Polícia Federal de sua casa até a Superintendência da Polícia Federal de Goiás, em Goiânia, para prestar esclarecimentos sobre a suposta tentativa de chantagem, que pode ser enquadrada como crime de corrupção ativa.

Segundo a Polícia Federal, ela teria procurado o juiz federal Alderico Rocha Santos na quinta-feira passada. Cachoeira é alvo de um processo na Justiça Federal de Goiás, em decorrência das investigações da Operação Monte Carlo. O juiz relatou ao Ministério Público que Andressa afirmou possuir um dossiê com informações desfavoráveis ao magistrado e ameaçou divulgá-lo caso ele não concordasse em revogar a prisão de Cachoeira.

A mulher de Cachoeira foi convocada a prestar esclarecimentos à CPI sob o argumento de que ela circula entre políticos, empresários e jornalistas e conheceria a rede de influência do contraventor.

Randolfe afirmou que as informações colhidas pela CPI encampam a tese de que Andressa atua na condução dos negócios ilegais da rede criminosa desde a prisão do marido pela Polícia Federal, em fevereiro.



Randolfe diz que está mais forte a tese de que Andressa conduz os negócios

Salários do Senado serão divulgados hoje

Informações sobre os vencimentos dos servidores efetivos e comissionados do Senado ficarão disponíveis hoje no Portal da Transparência da Casa (www.senado.gov.br/transparencia). Os salários aparecerão de forma individualizada, de acordo com o Ato 10/12, do 1º secretário do Senado, Cícero Lucena (PSDB-PB), publicado ontem.

A decisão de publicar os salários segue determinação da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/11), que obriga órgãos do Executivo, Legislativo e Judiciário a fornecerem informações.

Antes do recesso, o presidente do Senado, José Sarney, reafirmou a importância do cumprimento da norma e a disposição de divulgar os dados seguindo modelo adotado pelo Tribunal de Contas da União e pela Câmara dos Deputados.

Anistia pretende resgatar dinheiro no exterior 2

Senadores vão sabatar diretora da ANP 2

Projeto prevê reparação após retirada da mama 2

Senadores querem debater qualidade da telefonia móvel

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) vota amanhã, às 14h30, requerimento para realização de audiência pública sobre a qualidade da telefonia móvel e os investimentos das operadoras.

Devem participar da audiência o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo; o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), João Rezende; e o presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil), Antonio Carlos Valente.

Eduardo Braga (PMDB-AM) e Walter Pinheiro (PT-BA), que requereram a audiência,



A venda de chips de três operadoras foi proibida temporariamente pela Anatel

argumentam que os serviços prestados estão cada vez mais arraigados ao cotidiano da

população e ao desenvolvimento de negócios e que as operadoras apresentaram uma

grande queda na qualidade.

Os senadores alegam que as operadoras não podem atribuir a queda na qualidade ao setor público e afirmam que as companhias devem tomar providências cotidianamente para garantir um padrão razoável de serviço.

Recentemente a Anatel decidiu impedir temporariamente as operadoras TIM, Claro e Oi de venderem e habilitarem novos chips e modems em diversos estados e exigiu melhoria por parte das empresas. A decisão foi devida à grande quantidade de reclamações de usuários dos serviços.

Vital propõe criação de cadastro de adultos desaparecidos

As famílias de adultos desaparecidos poderão contar com mais um auxílio para localizá-los. Projeto de lei com esse objetivo tem parecer favorável do relator e está pronto para ser votado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Em seu projeto (PLS 667/11), o senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) propõe que seja instituído o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas.

Atualmente, existe um cadastro assim para menores de idade. O Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, do Ministério da Justiça, já contribuiu para a localização de 700 jovens, segundo Vital.

Para o senador, um cadastro nacional que inclua tanto jovens quanto adultos organiza o sistema de busca



Manifestação em São Paulo da Associação Brasileira de Busca e Defesa de Crianças Desaparecidas, conhecida como Mães da Sé

nos estados e agiliza o acesso às informações em regiões que ainda não contam com a ferramenta.

O relator, senador Paulo

Davim (PV-RN), acrescenta que a falta de estatísticas produzidas de maneira centralizada impede que se conheçam as causas que levaram

as pessoas a se afastarem de seus lares ou de terem sido induzidas ou forçadas a isso e dificulta o dimensionamento do problema.

Brasil é o quarto país do mundo com mais dinheiro mantido no exterior de forma ilegal. Projeto em discussão no Senado pretende estimular a volta desses recursos

Anistia pode repatriar dinheiro de paraísos fiscais

ESTUDO RECENTE QUE posiciona milionários brasileiros na quarta posição mundial entre os que possuem mais dinheiro em paraísos fiscais estimulou debates sobre a volta legal desses recursos. A solução seria oferecer vantagens fiscais para estimular o reingresso de pelo menos parte do R\$ 1 trilhão (US\$ 520 bilhões) mantido lá fora ao fim de 2010, que corresponde a 20% do PIB nacional.

Segundo o *ranking* feito pela organização independente britânica Tax Justice Network, em termos de evasão de dinheiro para paraísos fiscais, o Brasil só perde para a China (US\$ 1,2 trilhão), a Rússia (US\$ 779 bilhões) e a Coreia do Sul (US\$ 779 bilhões).

Delcídio do Amaral (PT-MS) é autor de projeto que concede anistia penal e benefícios fiscais para o reingresso desses recursos. O PLS 354/09 vinha tramitando na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para votação final, mas agora está na Secretaria-Geral da

Mesa, devido a requerimentos de Pedro Taques (PDT-MT) e Alvaro Dias (PSDB-PR) para que a matéria seja examinada também por outras comissões.

Pelo projeto, quem se dispuser a legalizar o dinheiro pagaria de 5% a 10% de Imposto de Renda sobre os valores. A menor alíquota seria para ativos que voltassem como aplicações em fundos de investimentos em infraestrutura, agronegócio, inovação e pesquisa científica. Se apenas declarados, mas mantidos no exterior, ficariam sujeitos aos 10%. A alíquota normal seria de 27,5%.

Origens em questão

A proposta exclui da anistia recursos de tráfico de drogas, sequestro e contrabando de armas e munições, delitos enquadrados na Lei da Lavagem de Dinheiro. Delcídio lembra que a fiscalização e o próprio sistema bancário têm instrumentos para essa filtragem.

— É um projeto polêmico, mas precisa ser examinado com visão franca e sem



Delcídio apresentou projeto com alíquotas menores para legalização dos valores

preconceito — disse Delcídio.

Taques, porém, considera o projeto inconstitucional e defende que seja arquivado imediatamente. Para ele, a proposta não impediria a legalização de recursos de origem criminosa, como o dinheiro do tráfico e da corrupção.

— Os objetivos econômicos são importantes, mas à sua frente está a Constituição e o respeito à coisa pública — argumentou o senador.

Taques lembra que os primeiros debates propondo a anistia fiscal a ativos enviados ilegalmente para o exterior,

para facilitar seu reingresso no país, ocorreram na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) do Banestado, em 2003. As investigações permitiram desvendar esquema ilegal para desviar recursos de lavagem de dinheiro para o exterior, por meio das chamadas contas CC-5, criadas anos antes pelo Banco Central. Projeto então apresentado pelo deputado José Mentor (PT-SP) permanece parado na Câmara dos Deputados.

Ao defender a anistia, Delcídio afirma que políticas cambiais e tributárias

despropositadas contribuíram para um clima de temor, mas agora a economia se encontra estabilizada. Ele lembrou que diversos países já adotaram anistias semelhantes, como Alemanha, Irlanda, Austrália, Itália e Estados Unidos.

Embora convencido da utilidade do seu projeto para o país dinamizar a economia e criar empregos, Delcídio considera indispensável o apoio do governo. Em sua opinião, tudo depende do amadurecimento do debate e do fim de tabus sobre o tema.

Na CAE, o projeto de Delcídio chegou a entrar em pauta no final de 2010, com relatório produzido pelo senador Garibaldi Alves Filho, licenciado do cargo para comandar o Ministério da Previdência Social. Garibaldi apresentou substitutivo que amplia os benefícios da lei. Além da possibilidade de redução da alíquota do Imposto de Renda, o incentivo independeria da “origem e forma” como os ativos foram obtidos.

Diretora da ANP será sabatinada no dia 9

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) marcou para o dia 9 a sabatina da engenheira Magda Chambriard, diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), cujo mandato de quatro anos na agência reguladora termina em novembro. Ela, que já ocupava um cargo de



Magda Chambriard: diretora da ANP pode ser reconduzida

direção desde 2008, foi nomeada para a diretoria-geral em abril, e a presidente Dilma Rousseff quer mantê-la no cargo. O relatório favorável, do senador Delcídio do Amaral (PT-MS), foi lido no dia 11 e logo após foi dada vista coletiva da mensagem presidencial (MSF 57/12). Se aprovada, a indicação de Magda seguirá para votação no Plenário do Senado.

A Constituição atribuiu ao Senado competência privativa para aprovar previamente — por maioria absoluta e voto secreto, após arguição em sessão pública — a escolha de titulares de cargos que a lei determinar, como é o caso dos diretores de agências reguladoras.

Magda Chambriard é pós-graduada em Engenharia Química pela Coppe/UFRJ, em Engenharia de Reservatórios e Avaliação de Formações e em Engenharia de Reservatórios e Produção, ambas pela Universidade Corporativa da Petrobras.

Carioca, ela é funcionária aposentada da Petrobras. Ingressou na ANP em 2002, como assessora da diretoria.

Reconstrução da mama logo após a retirada

A oportunidade de a mulher com câncer fazer cirurgia plástica reparadora já na mesma intervenção de retirada das mamas, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), está prevista num projeto de lei (PLS 43/12) que está pronto para ser incluído na pauta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que analisa a matéria em caráter terminativo (sem necessidade de ir a Plenário).

De autoria da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o projeto prevê que a cirurgia reparadora só não será realizada em caso de contraindicação médica ou recusa da paciente. A proposta prevê os procedimentos para que as duas mamas tenham a simetria devida e para que o mamilo seja reconstruído.

Vanessa explica que a Sociedade Brasileira de Mastologia recomenda a imediata reconstrução da mama. No entanto, a cirurgia reparadora



Vanessa Grazziotin: projeto beneficia mulher com câncer

não vem sendo feita de forma frequente. Dados do Instituto Nacional de Câncer (Inca) e da Sociedade Brasileira de Mastologia revelam que menos de 10% das pacientes que passam pela cirurgia de retirada da mama saem dos centros cirúrgicos com a plástica reparadora.

Relatora da matéria na CAS, a senadora Ângela

Portela (PT-RR) ressaltou que, apesar de a plástica estar prevista em lei, as filas de espera pelo atendimento na rede pública fazem com que as mulheres esperem até mais de cinco anos pelo procedimento. Nessa longa espera, as pacientes enfrentam “deterioração de sua autoestima e as consequências estigmatizantes da mutilação”.

Ângela Portela destacou que, além da demora, as mulheres ficam expostas aos riscos de se submeterem a uma segunda cirurgia.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Sílvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333